

Análise

EUGÉNIO DE ALMEIDA
Investigador e Pós-Doutorando



A Geopolítica e Geofinanças da China em África: depois de 2018, segue-se 2019 (I)

O ano de 2018 reafirmou qual a geopolítica chinesa, no global, ou africana, no geral, e de certo modo reafirmou a angolana, em particular. Ou seja, a China reafirmou-se como uma potência global, não só a nível económico ou político. Também a nível militar e aeroespacial se avigorou.

A nível económico, no geral, não teve problemas em afrontar a potência mundial, os EUA, e a agressiva política económica de Trump e do “*American First*”. Uma situação que não se prevê possa diminuir de intensidade face aos compreensíveis interesses económicos de ambos.

A nível político, e aproveitando a “ausência” dos EUA no sistema internacional, baseado no asseverar do reforço económico e social das políticas internas da administração Trump e do afastamento deste, aliado a algumas ameaças de sanções económicas, de alguns os cenários mais importantes, principalmente para o Ocidente — leia-se, Europa — como são as políticas ambientais e a livre concorrência de produtos europeus de e para os EUA, assim como para outros países e que para o quais os EUA ameaçam com sanções; bem como uma agressiva política externa pró-israelita e anti-*establishment*, em particular, anti-iraniana e não-palestiniana, e numa política de um “não interesse” nas questões africanas — excepto e, na maioria dos casos, com razão, para criticar os líderes africanos — permitiram à China ter uma maior penetração na Europa, na Ásia e na América Latina como solidificar a sua influência em África.

E são estes factos que sinteticamente procurei abordar.

Para a Europa criou uma “rota da seda” para a colocação dos seus produtos e de muito do seu excedente comercial e financeiro, e, em particular em Portugal, solidificou a sua presença a nível financeiro, estando presente nas principais empresas portuguesas, nomeadamente na energia e nas finanças. A recente visita do líder chinês, Xi Jinping, a Portugal, reforçou essa presença e esse influxo (a vontade de usar o porto de Sines — o maior e mais ocidental porto da Europa — e a sua prevista ligação ferroviária de alta velocidade de mercadorias ao *heartland* europeu são factores que alimentam ainda mais a atracção dos chineses a Portugal). A investigadora portuguesa Cátia Mirian Costa, especialista em temáticas chinesas, aborda estes temas, quer sobre as relações com Portugal, como sobre as ainda debilidades com que a China padece a nível ecológico, num recente artigo n’*O Jornal Económico*, «China, essa desconhecida» (<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/china-essa-desconhecida-391715>).

Na Ásia e na América Latina mais do que emerge, reafirma-se como um parceiro importante, seja a nível económico — é um comprador firme do petróleo venezuelano — seja a nível político, com a afirmação do BRICS. Mas na Ásia, e de certa forma, a nível global, a importância do seu poder sobre Pyongyang levaram a uma aproximação do líder norte-coreano, Kim Jong-un, aos seus irmãos do Sul e a um melhor relacionamento com os EUA, em geral, e com Trump em particular, levando os dois líderes a se encontrarem em Singapura para um acordo de progressivo “desarmamento nuclear” na Península Coreana.

Xi Jinping, discretamente, e como é apanágio chinês — ver a minha “Teoria do Mahjong”, já aqui descrita no *Novo Jornal*, na edição 390, de 24 de Julho de 2015, ou no meu livro *Of the An Instrumentality Power to the Mahjong Theory* [...], edição Lambert

Academic Publishing, de 2015 —, acabou por ser o principal beneficiário desta aproximação. Como sempre tenho escrito, a Coreia do Norte não consegue subsistir sem o apoio político, económico, financeiro e científico dos chineses.

Mas é em África, em geral, e em Angola, em particular, que a China mais reafirmou a sua presença. Reafirmou e, mais que reafirmar, impôs-se.

Até há pouco anos, a China assentava o seu poder militar nas forças terrestres, sobretudo, e aéreas. Recentemente, e como todos os países oceânicos, percebeu que o poder naval era importante para se afirmar quer na área e na salvaguarda das suas costas e áreas marinhas e económicas, como um meio de projecção internacional.

No caso africano, em análise, a defesa das suas frotas de e para a China estavam a ser postas em causa com os actos de pirataria tanto na região malaia como, e principalmente, no Golfo da Aden e no Corno de África, com a pirataria somali. Actos que produziam elevados prejuízos aos chineses.

Por esse facto, a China começou a desenvolver uma flotilha naval com a construção, não só de barcos patrulhas e fragatas — que já tinham — como o fabrico de navios de guerra de grande porte (destróieres) e de porta-aviões (prevê, no final, ter cinco porta-aviões, incluindo dois de propulsão nuclear), sendo que o primeiro já está em fase final de testes (ver em <https://www.naval.com.br/blog/tag/marinha-chinesa/>).

Mas a presença naval chinesa em África deixou ser só no mar. A China obteve permissão do Djibuti para criar um porto e estacionar parte da sua força naval no Golfo de Aden, neste país. Muito perto das forças francesas e norte-americanas. A China deixou de ser só uma potência economia e política em África, para ser uma potência global no continente africano.

Se a presença chinesa em África se tornou global, ainda é o poder económico e político que mais se faz sentir no nosso continente, em geral, e em Angola, em particular.

Uma das primeiras vistas do presidente João Lourenço ao exterior foi precisamente à China, onde a par do reforço das relações

entre os dois países lhe permitiu não só “se apresentar” ao líder chinês como tentar — e conseguir, com algum custo — um novo empréstimo financeiro junto de Beijing. Sabe-se — pouco, é certo — que Xi Jinping fez depender este novo empréstimo de algumas condições prévias que, na realidade, estão guardadas nos cofres da diplomacia dos dois países.

Mas não são só estas condições que estão nos segredos dos deuses sino-angolano. Na realidade ninguém, de boa-fé, pode afirmar qual é a nossa dívida real à China. Nem o FMI, nem — muito menos — as empresas de *rating* o sabem. Cabe aos países relacionados informar estas entidades das suas dívidas e serviços de dívida (juros). E só elas, e quando o querem, informam os valores em causa. Ora, os nossos sucessivos Governos sempre consideraram não ser nem necessário divulgar estes valores. Puro erro. A comunidade nacional precisa de saber o que deve, a quem deve e quanto deve. Talvez isso permitisse aos angolanos não serem tão expansivos em algumas das suas despesas.

*Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL(CEI-IUL) e investigação para Pós-Doutorado pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

** Todos os textos por mim escritos só me responsabilizam a mim e não às entidades a que estou agregado. ■



Populares à rua no Zimbabue

Zimbabue Protestos contra o aumento dos combustíveis

Os protestos continuam um pouco por todo o país após o anúncio do aumento dos preços dos combustíveis decidido pelo Presidente Mnangagwa. Já se registaram mais de 12 mortos, dezenas de feridos por balas, pilhagens e centenas de prisões. Depois de uma greve geral de três dias, desencadeada pelo aumento dos preços da gasolina, a situação no Zimbabue não regressou ainda ao normal.

As operações das forças de segurança junto da oposição ainda se mantêm e há rumores cíclicos de divisões no seio do poder político e do exército.

George Charamba, o secretário para a informação do partido no poder, ZANU-PF, advertiu num jornal governamental que a repressão dos dias anteriores era “uma antecipação do que estava por vir”. A presença do exército é visível nas ruas e os manifestantes montaram barricadas em várias estradas. Promise Mkwanzzi, um dos líderes do movimento de protesto Tajamuka, está agora na clandestinidade.

Numa comunicação pelo WhatsApp, anunciou que “os protestos de rua iam continuar”, mas disse que o seu movimento decidiu “dar um mês ao Presidente do Zimbabue para atender a todas as reivindicações, começando por cancelar o aumento do preço da gasolina.

O Tajamuka já tinha organizado manifestações durante a última fase em que Robert Mugabe esteve no poder, até Novembro de 2017.